

4  
40º ANIVERSARIO

PARLAMENTO  
DE GALICIA



# O poder da palabra

40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021





**A**pós a aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza, o primeiro passo para institucionalizar o novo regime autonómico em Espanha foi constituir o Parlamento da Galiza, facto que teve lugar em dezembro de 1981, no Paço de Xelmírez (Santiago de Compostela). Foi aquela uma sede provisória, alterada pouco tempo depois para o Paço de Fonseca, até ficar sediado de forma permanente no Paço do Hórreo, desde 1989.

Ao longo dos seu quarenta anos de atividade, o Parlamento foi integrado por 537 membros, distribuídos por onze legislaturas. Foi presidido por cinco deputados e duas deputadas, e investiu como presidentes do poder executivo (*Xunta de Galicia*, Junta da Galiza) cinco membros dessa instituição.

Essas quatro décadas têm vindo a demonstrar a importância que esta instituição tem vindo a ganhar para a organização e a consolidação de uma administração própria e para desenvolver políticas que acabaram por ter efeito em todos os setores da vida quotidiana da sociedade galega, uma vez que o regime autonómico se caracteriza por uma elevada prestação de serviços, nomeadamente na área da saúde pública e da educação.

Esta amostra apresenta uma síntese da gestação desta instituição como representação do povo galego, a sua evolução ao longo do tempo e as suas principais atividades, entre as quais vale a pena salientar a aprovação de 437 leis. Numa ótica global, o Parlamento galego tem vindo a tornar-se o centro da soberania popular e ao mesmo tempo um espaço de debate que, segundo os clássicos, são as duas funções primordiais que deve cumprir uma assembleia representativa política. Em resumo, ser uma instituição cujas fundações residam no poder da palavra.

**Organiza**

Parlamento de Galicia

**Curador**

Ramón Villares

**Documentación**

Miguel Anxo Seixas Seoane

Gustavo Hervella García

**Design**

Xosé Díaz (Imago Mundi)

**Produção Audiovisual**

Miguel Anxo Seixas Seoane (Guión)

Daniel González Portela (Montaxe)

**Produção e montagem**

ÁTICA Servizos Culturais

**Agradecimentos / Fornecedores****PARLAMENTO DA GALIZA**

Biblioteca, Arquivo, Consultoria Lingüística,  
pessoal do Gabinete da Presidência  
do Parlamento da Galiza

**INSTITUIÇÕES CEDENTES**

Arquivo Histórico da USC  
Arquivo Valentín Paz-Andrade  
Biblioteca e Hemeroteca da USC  
Bildarchiv Bayerischer Landtag  
Consello da Cultura Galega  
Consello de Contas  
Departamento de História da USC  
Destination Rennes / Franck Hamon  
El Correo Gallego  
Eusko Legebiltzarra / Parlamento Basco  
Fernando Blanco Rajo  
Fundación 10 de Marzo CC.OO  
Fundación Luís Tilve  
Fundación Penzol  
Fundación A Nosa Terra  
Gran Enciclopedia Gallega (GEG)  
Miguel Guti  
Museo das Peregrinacións e de Santiago  
Museo do Pobo Galego  
nomesevoces.net (Grupo HISTAGRA-USC)  
Parlament de Catalunya  
Real Academia Galega (RAG)  
Senedd Cymru / Welsh Parliament  
The Scottish Parliamentary Corporate Body  
Tribunal Superior de Xustiza de Galicia  
Valedor do Pobo  
Xarda: Xornalismo audiovisual

**PARTICULARES CEDENTES**

Pegerto Saavedra  
Xulio Correa  
Gonzalo Méndez  
Xosé Manoel Núñez Seixas  
Xurxo Lobato  
Xan Carballa

- 1 Instituições representativas na história da Galiza
- 2 Velhos e novos parlamentos europeus
- 3 À procura de um nome
- 4 Estatuto de 1936
- 5 Galiza na transição democrática
- 6 Estatuto de 1980: «alvorada cívica», ultrajem e pacto
- 7 *A pré-autonomia*
- 8 Primeiros passos da Autonomia
- 9 Um parlamento itinerante
- 10 O edifício do Hórreo, sede definitiva
- 11 Porta-vozes dos partidos
- 12 Composição política do Parlamento (1981-2021)
- 13 Assentamento da Autonomia: de Albor a Laxe
- 14 O longo mandato de Fraga
- 15 Do governo bipartido ao retorno do PP
- 16 O governo do Parlamento
- 17 As leis fundacionais
- 18 O trabalho do Parlamento: grandes leis
- 19 Iniciativas legislativas populares
- 20 Os recursos do Parlamento
- 21 Instituições estatutárias
- 22 Relações externas
- 23 Visitas ao Parlamento
- 24 Imagens parlamentares



# Institucións representativas na historia da Galiza

As institucións criadas pola autonomía (como é coñecido o regime jurídico da rexión autónoma galega) são novas, mas têm alguns precedentes históricos, tendo origem no antigo Reino da Galiza. Nos termos do patriarca Manuel Murguía, foram instituições que «obtivemos nos mesmos momentos em que expirava a nossa autonomia».

As mais importantes foram as *Juntas del Reino de Galicia* e a *Real Audiencia de Galicia*. A primeira, composta pelos solicitadores que representavam as sete provincias galegas, eram a voz do Reino junto dos monarcas. A segunda foi uma instituição criada pelos Reis Católicos em 1480 com a missão de ministrar justiça, mas que acabou por adquirir funções de governo também, criando um «estilo» na aplicação do direito.

A representación do Reino nas Cortes de Castela, durante séculos, foi exercida pela cidade de Samora, até que o Grande Duque de Lemos, autor de *El Búho Gallego*, conseguiu resgatar o voto en cortes (representação de uma

corporação nas Cortes Gerais) do Reino da Galiza, embora na altura as Cortes já quase não se reunissem. Essa fraqueza institucional explica que no «mapa político» da Espanha liberal, a posição da Galiza surgisse na atura como plenamente integrada na velha coroa de Castela, por contraposição à «Espanha foral» basca e navarra, e à Coroa de Aragão, «incorporada ou assimilada».



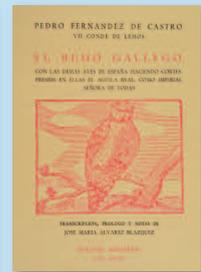
Pedro Teixeira, *Descripción de España y de las costas y puertos de España* (1638)



*Descripción del Reyno de Galicia* de Fernando Ojea (1603)



Bernardo Herbella de Puga, *Derecho practico i estilos de la Real Audiencia de Galicia* (1768)



Pedro Fernández de Castro, *El buho gallego* (Ed. 1951). (RAG)

*Mapa político de España* de Torres Villegas (1858)



# Velhos e novos parlamentos europeus



Parlamento da Catalunha



Parlamento Basco



Parlamento da Escócia



Parlamento da Bretanha



Parlamento da Baviera



Parlamento de Gales



Assembleia da Córsega



Parlamento de Galícia (Áustria-Hungria)

Visita do emperador Francisco José ao Parlamento de Galícia (1870)



# À procura de um nome

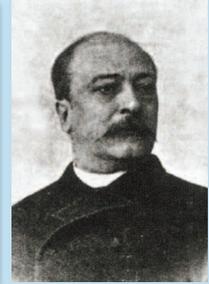
A forma de definir a representação que assiste e fiscaliza as decisões dos governos varia muito com o tempo e os locais. As formas mais clássicas que apresenta são as de Parlamento (tradição britânica) ou Assembleia (de inspiração francesa).

No caso da Galiza, a definição do Poder galego foi o resultado de várias tentativas prévias. Do «Projeto de Estado Galego» de 1887 até à II República predominou a designação “Assembleia” para denominar o órgão de representação popular, ao passo que utilizava “Conselho” para designar o poder executivo, conforme reflete o «Anteproieuto» (Anteprojecto) do SEG (1931). Foi o Estatuto plebiscitado em junho de 1936, que introduziu pela primeira vez a designação «Xunta de Galicia» (Junta da Galiza) ao pé de «Asamblea Lexislativa» (Assembleia Legislativa) e do «Presidente da Rexión Autónoma» (Presidente da Região Autónoma).

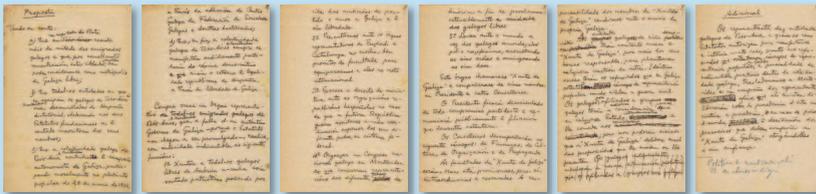
Estas dúvidas continuaram presentes no galeguismo do exílio, embora fosse escolhido, para definir o poder executivo, o nome de «Consello de Galiza» (Conselho da Galiza), fundado por Alfonso Castelao em 1944. Na transição democrática convivem diferentes alternativas, do Estatuto dos Dezasseis, que elege Assembleia, Junta e Presidente da Galiza até ao Estatuto plebiscitado em 1980, cujo art.º 9º diz que «os poderes da Comunidade Autónoma são exercidos pelo Parlamento, a Xunta e o seu presidente».



Projeto de Constituição para o futuro estado galego, 1887. (RAG)



Segundo Moreno Barcia. (GEG)



Texto autógrafa de Castelao, prévio à constituição do Conselho da Galiza, corrigido em Montevidéu. Ca. 1943 (Fundación Penzol)

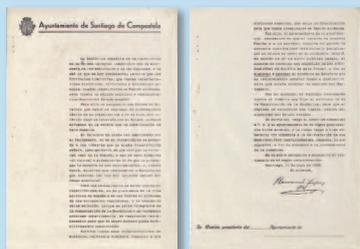


Reunião do Conselho da Galiza com representantes do Galeusca

Bandeira do Conselho da Galiza



# Estatuto de 1936



Proclama da Cámara Municipal de Santiago em convocação da Assembleia de Municipios (1932). (AHUS-USC)



Cartaz de Luis Seoane para o plebiscito do Estatuto de Autonomia de 1936

Entrega do Estatuto de Autonomia da Galiza nas Cortes Gerais da República, incluindo López Bouza, Rajoy Leloup, Viana Esperón, Castelao, Anxel Casal e a sua esposa, Maria Miramontes. (HISTAGRA-USC)

A Constituição republicana de 1931 permitiu que, além de pelas províncias, a organização do poder territorial fosse exercido «em regime de autonomia» nas regiões que conseguissem promover os seus Estatutos, que deviam ser aprovados «por dois terços» dos votos do censo eleitoral e, posteriormente, pelas Cortes Gerais. A Catalunha obteve a autonomia em 1932 e o País Basco durante a contenda bélica. A Galiza ficou às portas.

O Estatuto galego foi promovido por republicanos e galeguistas, tendo obtido um texto de consenso em 1932, que não chegou a ser sujeito, na altura, a referendo eleitoral. O referendo foi celebrado em junho de 1936, depois do triunfo do Frente Popular, em que se veio a integrar a maioria do Partido Galeguista, comandada por Castelao e Bóveda.

Os resultados daquele referendo ultrapassaram as exigências constitucionais, tornando aquela jornada numa festa cívica, embora o facto de a entrega do Estatuto nas Cortes republicanas ter acontecido dias antes da sublevação do exército africano, impedisse na altura a aprovação parlamentar, que também não teria lugar nas Cortes celebradas em Montserrat (1938) nem no México (1945), já no exílio.



Os delegados do Estatuto. Desenho de Francisco Vázquez Díaz, «Compostela», 1936. (Museo das Peregrinacións e de Santiago)



Portada do Estatuto de Galicia deseñada por Camilo Díaz Balaño



O alcaide (Presidente da Cámara) comunica aos emigrantes de Buenos Aires a aprovação do projeto de Estatuto pela Assembleia de Municipios (1932). (Hemeroteca USC)



Celebração do 50º aniversário do plebiscito do Estatuto de 1936, e que interveio Bibiano F. Osorio-Tafall, antigo presidente do Comité Central da Autonomia. (Parlamento da Galiza)



# Galiza na transição democrática

Para além da democracia, a reivindicação autonomista foi largamente partilhada pelas forças políticas, como consta parcialmente do texto da Constituição de 1978, ao falar da existência em Espanha de «nacionalidades e regiões» (art.º 2º) ou dos «territórios que num passado plebiscitaram afirmativamente Estatutos de autonomia» (Disposição Transitória 2ª), o que reflete a vontade de entrar com a maioria republicana.

A evolução política da transição passou por muitos conflitos e também por pactos. A negociação entre o Governo de Adolfo Suárez e as forças da oposição teve uma singular expressão na *Comissão dos Nove*, em que a «Cadeira da Galiza» foi ocupada por

Valentín Paz-Andrade, comissão que deliberou propostas (como a lei eleitoral e ainda o reconhecimento das autonomias) que acabaram por passar para o texto constitucional.

Naqueles pactos, a presença de partidos ou forças políticas do âmbito galego foi fraca, na sequência do esmagador triunfo do centro-direita nas primeiras eleições democráticas de junho de 1977, diferentemente do acontecido com as outras duas *nacionalidades históricas*.



Cartaz de Luis Seoane para a Candidatura Democrática Galega (1977)



Reunião do governo pré-autonómico, no Paço de Raxoi, a 28 de junho de 1979



Assinatura do anteprojeto do Estatuto pela Comissão dos Dezasseis

Reunião da Comissão dos Nove (24 de fevereiro de 1977), integrada pelas forças da oposição liberal, social-democrata, socialista e comunista, e de representantes das três *nacionalidades* (Jordi Pujol, Julio de Jáuregui e Valentín Paz-Andrade)



# Estatuto de 1980: «alvorada cívica», ultrajem e pacto

O decurso do actual Estatuto autonómico foi tão complicado ou mais do que o precedente de 1936. A exigência de autonomia para a Galiza foi uma reivindicação mais transversal do que a ação política que teve origem nas eleições de 1977, como refletem as manifestações de dezembro de 1977, como a de Vigo, que ficou conhecida como *alvorada cívica*.

A elaboração do Estatuto passou por várias fases. Primeiro, a proposta da Comissão dos Dezaesseis, encorajada pelo presidente Antonio Rosón. A seguir, a redação de um novo texto pela Assembleia de parlamentares galegos, que foi a que chegou ao debate no Congresso dos Deputados, onde foi aprovada com os votos da UCD, e com cortes nas competências derivados da «harmonização autonómica» defendida pelos dois partidos hegemónicos (UCD e PSOE).



Blanco Amor na manifestação em Ourense, 1977. (Foto: La Región)

Aquele texto, alcunhado de *ultrajem* pela oposição, deu lugar a uma segunda vaga de contestação política que obrigou a UCD a aceitar um pacto, ou um diálogo político, que permitisse equiparar o Estatuto galego com os dois que já tinham sido aprovados na altura (da Catalunha e do País Basco). Foram os *Pactos do Hostal*, celebrados em setembro de 1980, que abriam a porta para o Estatuto ser plebiscitado e, finalmente, aprovado pelas Cortes espanholas.



Pactos do Hostal



Cartazes dos partidos políticos para a campanha do Estatuto de Autonomia (1980)

Manifestação pró-Autonomia celebrada em Vigo (4 de dezembro de 1977), com representantes de todas as forças políticas e de personalidades independentes



# A pré-autonomia



O poder da palabra  
PARLAMENTO DE GALICIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021

Antes da aprovação da Constituição de 1978, teve início a organização do poder territorial em Espanha com regimes de *pré-autonomia* (designação comum para os processos prévios à instauração da atual estrutura autonómica espanhola), num processo de generalização das autonomias que ficou conhecido como “*café para todos*”, depois de terem sido resolvidos os casos especiais da Catalunha (retorno de Josep Tarradellas) e do País Basco.

No caso galego, não foi possível recuperar nenhum dirigente do exílio, tendo sido sugerido o nome de Osorio-Tafall ao presidente Suárez, de maneira a chefiar o processo. Desta maneira, a organização da *pré-autonomia* foi



Constituição da Junta da Galiza em 1978 estando presentes os ministros do governo central Manuel Clavero e Pio Cabanillas

confiada a um presidente proveniente da UCD, Antonio Rosón, que tomou posse em abril de 1978. Um ano mais tarde foi substituído por Xosé Quiroga, do mesmo partido político.

O processo de implementação da *pré-autonomia* galega viu-se comprometido pela escassez de recursos e da existência de conflitos internos do partido UCD. Contudo, o presidente Rosón logrou constituir um governo *pré-autonómico* politicamente plural, alentou os trabalhos estatutários com a *Comissão dos 16* e instituiu *ex-libris* como o Dia da Galiza.

Xosé Quiroga parabeniza Antonio Rosón após ser eleito primeiro presidente do Parlamento da Galiza (1981)



Governo *pré-autonómico*, em que participavam membros da UCD e do PSOE, além de representantes das Deputações e o galeguista Marino Dónega.



Antonio Rosón e outras personalidades na varanda do Paço de Raxoi, a 25 de julho de 1978. (Foto: Manuel Blanco)



# Primeiros passos da Autonomia

**R**esolvido o impasse provocado pelo Estatuto da *ultrajem*, o referendo sobre o Estatuto foi altamente favorável, mas com uma participação eleitoral muito baixa (a abstenção foi de 71,7%), número que não voltaria a ser registado em nenhuma convocação posterior.

A implementação do regime propriamente autonómico teve início em 1981, com a convocação das primeiras eleições ao Parlamento da Galiza, em que venceu o partido (Aliança Popular), com 26 deputados, que ultrapassou a UCD em dois representantes, possuindo entre ambos uma forte maioria (50 de 71 deputados).

A primeira câmara autonómica celebrou a sessão de constituição no Paço de Xelmírez, a 19 de dezembro de 1981, coincidentemente com a data de aprovação pela Assembleia de Municípios do *Anteprojecto Autonómico* de 1932.

O Parlamento, na primeira sessão de investidura, elegeu como presidente da Junta da Galiza o candidato de AP, Xerardo Fernández Albor, apoiado pelos deputados de AP, da UCD e por três dos quatro galeguistas independentes do grupo do PSOE. Começava, na altura e pela primeira vez na história, o processo de institucionalização do autogoverno da Galiza.



Tomada de posse de Xerardo Fernández Albor, em San Domingos de Bonaval, à beira do Panteón de Galegos Ilustres, 1982. (Parlamento da Galiza)

**Anque chova, vota. Pídecho Galicia.**



**Referendo do Estatuto**  
(21 de dezembro de 1980)

Eleitores 2.172.898  
Votos úteis 614.218



Os poderes do Estatuto de Autonomia: Parlamento da Galiza, Junta da Galiza, Tribunal Superior de Justiza da Galiza



Tribunal Superior de Justicia de Galicia. (TSXG)

Primeira sessão do Parlamento da Galiza presidida pela Mesa de idade, composta pelos deputados Manuel Iglesias Corral e Mariano Rajoy Brey, entre outros. (Parlamento da Galiza)



# Um parlamento itinerante

O governo da pré-autonomia galega não herdou nenhuma infraestrutura nem conseguiu receber uma dotação de edifícios que, além de espaços para exercer as respetivas funções, representassem simbolicamente a existência desse governo. Aconteceu o mesmo com o Parlamento, que teve de procurar espaços para se constituir e desenvolver os seus trabalhos. Foi uma



Fachada do Paço de Fonseca, sede do Parlamento até 1989

instituição itinerante, como já tinha acontecido com a predecessora imaginária *Audiência da Galiza*, antes de ser declarada sedeada na Corunha em tempos de Felipe II.

Isto explica que durante vários anos, a sede desse governo fossem edifícios históricos da cidade de Santiago de Compostela. Primeiro, o Paço de Xelmírez; poucos meses depois, o Salão Artesoado do Paço de Fonseca, propriedade da Universidade de Santiago de Compostela. Aqui foram desenvolvidas a primeira e quase toda a segunda legislatura, num espaço reduzido mas que fomentava uma intensa relação entre os membros da instituição. Com esta decisão, anterior à aprovação da Lei de Sedes da autonomia, o Parlamento ajudou a que Santiago se tornasse capital do regime autonómico.

Saída dos deputados do Paço de Xelmírez, após a celebração da primeira sessão (1981)



Sessão plenária no Paço de Xelmírez (1981). (Foto de Xurxo Lobato)



Sessão do Parlamento no Paço de Fonseca (1984). (Foto de Xurxo Lobato)

Sessão da Cámara no paço de Xelmírez, com o governo da Xunta da Galiza à esquerda. (Foto de Xurxo Lobato)



# O edifício do Hórreo, sede definitiva



O poder da palabra  
PARLAMENTO DE GALICIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021

**D**otar o Parlamento de uma sede estável era uma obrigação institucional e política. Em vez de promover a construção de um novo edifício, foi escolhido um local que ao longo da história tinha tido usos muito diferentes e pouco ligados à função parlamentar. A decisão foi tomada por dois dos presidentes das novas instituições autonómicas, coordenadamente com os poderes centrais e municipais.

Foi atribuído para sede do Parlamento um edifício que, promovido por Euxenio Montero Ríos, tinha sido construído para sediar a Faculdade de Veterinária, e que poucos anos depois, tinha passado a ser, durante um tempo, a sede da Missão Biológica da Galiza, instalada nele há cem anos. Daquele perfil de docência e pesquisa, o edifício tinha passado a sediar um quartel militar, até o Ministério da Defesa o desafetar, para o transferir para a Comunidade Autónoma.

A remodelação do edifício permitiu que o Parlamento galego chegasse a dispor de um local condigno com as suas funções, com um hemiciclo muito mais confortável do que as sedes anteriores, e com espaços de trabalho para Comissões e Grupos parlamentares, bem como biblioteca, arquivo e uma preciosa coleção artística, acabando assim por tornar-se um espaço adequado para encarnar o poder da palavra.



O edifício, quando era sede da Faculdade de Veterinária



O Paço do Hórreo, na atualidade. (Parlamento da Galiza)



Assinatura da convenção de aquisição do edifício, com a presença de Narcis Serra, Fernández Albor, Antonio Rosón e Xerardo Estévez



Ato de despedida da tropa militar



Visita das obras de recuperação



Hemiciclo do Parlamento, enfeitado com o vitral de Isaac Díaz Pardo

Inauguração da nova sede do Parlamento pelo presidente, Tomás Pérez Vidal (1989)



# Porta-vozes dos partidos



Carlos Aymerich José Luis Barreiro Rivas José M. Beiras Gonzalo Caballero Xoaquín F. Leicaga



Manuel Fraga Iribarne Fernando González Laxe Pablo González Marrifas Ángel Guereiro Manuel Iglesias Corral



Francisco Jorquera Claudio López Garrido Camilo Nogueira Emilio Pérez Touriño Ramón Piñero



Jaime Pita Varela Ana Pontón Pedro Puy Fraga Anxo Quintana Ismael Rego



Manuel Ruíz Rivas C. Sánchez Castelleiras Antolín Sánchez Presedo M. Vázquez Fernández V. M. Vázquez Portomeie



Francisco Vázquez Luis Villares

Deputados/as que participaron nas sesións de investidura dos cinco presidentes da Junta da Galiza (por ordem alfabética). (Parlamento da Galiza)

A autonomía galega partilha o modelo político da transición democrática, que tem como base a hegemonia dos partidos políticos e do Parlamento, como local onde é eleito, entre outros cargos, o presidente do poder executivo (Junta da Galiza).

A composición do Parlamento reflete o peso que têm os partidos políticos. A diversidade ideológica foi expressa numa hegemonia continuada das forças de centro-direita (AP e PP) e uma posição mais variável das forças da esquerda, com presença constante do PSdeG (PSOE) e do BNG, e mais intermitente de representantes de Esquerda Galega, Coalición Galega, En Marea ou PCG.

Os grupos parlamentares formados durante as sucessivas legislaturas foram acordes com esta pluralidade. Ainda que não exista um sistema de partidos próprio da Galiza, os seus ritmos mostram uma clara especificidade dentro do contexto autonómico espanhol.

Um dos atos mais decisivos dos debates da Câmara parlamentar é a investidura do presidente da Xunta, em que têm vindo a intervir mais de duas dúzias de membros, alguns deles até em seis ocasiões.



Deputadas presentes no Parlamento em 1992. (Parlamento da Galiza)

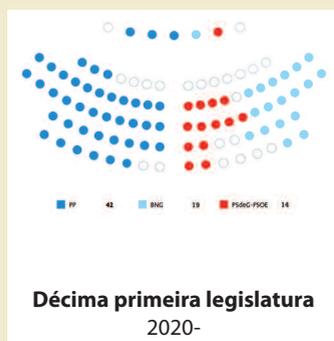
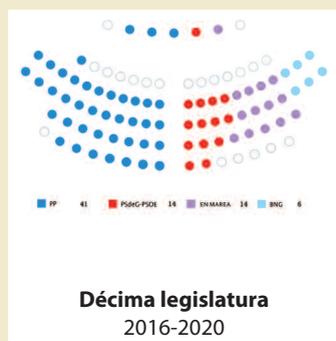
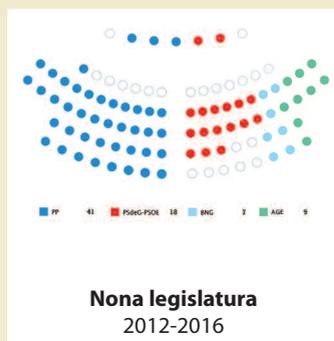
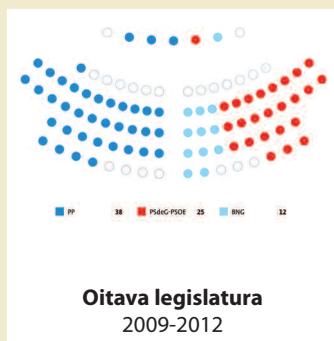
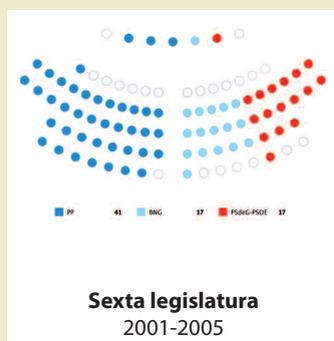
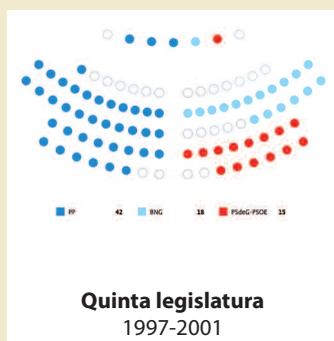
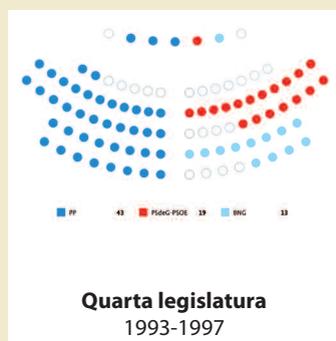
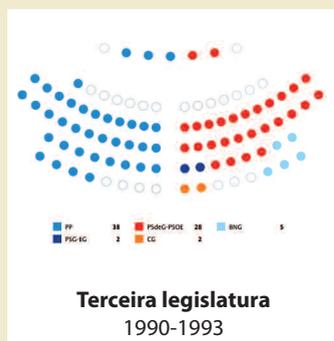
Cartazes de propaganda eleitoral das eleições ao Parlamento da Galiza



# Composição política do Parlamento (1981-2021)



O poder da palabra  
 PARLAMENTO DE GALICIA  
 40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021



# Assentamento da Autonomia: de Albor a Laxe

A primeira década do regime autonómico foi mais mutável nas alianças parlamentares do que no perfil ideológico dos partidos que faziam parte da instituição. Naquela década houve dois presidentes da Junta da Galiza e vários governos de geometria variável.

O primeiro governo, do presidente Albor, foi minoritário no primeiro ano. Posteriormente, uma parte do grupo parlamentar da UCD pactuou com AP um apoio parlamentar estável, com a presença de três deputados em importantes *Consellerías* (pelouros próprios da autonomia) do Governo (Economia, Educação, Saúde). As segundas eleições autonómicas não proporcionaram uma maioria estável, o que favoreceu sucessivas alterações do governo, embora derivadas de problemas diferentes.

Em novembro de 1986, após vários *Conselleiros* abandonarem o governo, entre eles o vice-presidente Xosé Luis Barreiro, o presidente Albor constituiu um novo governo que continuou sem dispor de uma maioria parlamentar estável. Menos de um ano depois, uma cisão de membros do grupo de Coalición Galega e da antiga AP permitiu o *Pacto dos Tilos*, em virtude do qual o candidato socialista, González Laxe, ganhou uma moção de desconfiança contra Fernández Albor, para passar a chefiar um novo governo formado por socialistas, *coagas* (membros de Coalición Galega) e antigos membros de AP, com Barreiro de novo como vice-presidente. Este governo teve uma duração de quase dois anos e meio, até à chegada de Fraga (fevereiro de 1990).



Fernández Albor reeleito presidente após as eleições de 1985. (Parlamento da Galiza)



Cartaz do PSOE (1985). (Fundación Luis Tilve)



Os restos mortais de Castelao, no aeroporto de Lavacolla (1984). (Parlamento da Galiza)



Cartaz de AP nas primeiras eleições, com Fraga e Barreiro. (HISTAGRA-USC)

Fernando González Laxe toma posse como presidente da Xunta, após ganhar a moção de desconfiança (setembro de 1987). (Parlamento da Galiza)



# O longo mandato de Fraga

**M**anuel Fraga Iribarne, que no início da autonomia tinha agido em apoio dos candidatos do seu partido («galego coma ti») foi palavra de ordem da sua campanha), candidatou-se nas eleições de 1989, obtendo a maioria absoluta com 38 deputados, maioria que iria repetir nas três eleições seguintes, exercendo como presidente durante quase 16 anos.

Além das ações de governo, tentou adaptar ou rever alguns dos referentes simbólicos da Galiza, utilizando o conceito de *autoidentificação*, lançando a ideia da «administração única» como alternativa de gestão, e inclusivamente defendendo a reforma do Senado. Prestou ainda especial atenção às relações exteriores, nomeadamente com os países da América Latina, e com o vizinho Portugal, com políticas transfronteiriças e impulsionou, desde 1993, os Anos Jacobeus.

Durante o seu mandato, uma reforma da lei eleitoral galega alterou a composição do Parlamento, o que fez com que ficassem três partidos políticos com representação parlamentar, atingindo o BNG, dirigido por Xosé Manuel Beiras, um protagonismo salientável. Nos últimos anos de governo, a posição política do partido de Fraga começou a perder força nas eleições locais, tendo resultado prejudicado pela catástrofe ecológica do Prestige, que deu origem ao Plano Galiza.



González Laxe abandona o Parlamento ao ser eleito senador em 1990. (Parlamento da Galiza)



Fraga Iribarne, nas escadas do Parlamento, após ser eleito presidente da Xunta. (Parlamento da Galiza)



Manuel Fraga assina no Livro de Honra do Parlamento (2001). (Parlamento da Galiza)

Discussões e acordos entre Manuel Fraga e Xosé Manuel Beiras. (Parlamento da Galiza)



## Do bipartido ao retorno do PP



O poder da palabra  
PARLAMENTO DE GALIZIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021



Tomada de posse de Emilio Pérez Touriño como presidente da Xunta (2005). (Parlamento da Galiza)



Emilio Pérez Touriño e Anxo Quintana na sessão de investidura (agosto de 2005)

Elementos da Comissão da reforma do Estatuto em março de 2006. (Parlamento da Galiza)



Das eleições de junho de 2005 deram início a uma nova etapa política, com a maioria parlamentar formada pelo PSOE (25 deputados) e o BNG (13 deputados), que acordaram fazer um pacto de governo, com Emilio Pérez Touriño como presidente e Anxo Quintana como vice-presidente. Vale a pena salientar, nessa etapa, a proposta de reforma do Estatuto de Autonomia, que não foi possível implementar.

A crise económica desatada em 2008 e os conflitos internos da coligação de governo acabaram por facilitar a alternância, tendo atingido de novo a maioria absoluta, e portanto, o poder executivo, o PP, liderado por Alberto Núñez Feijóo.

Este novo governo inaugura uma segunda etapa de hegemonia política do PP, que voltou a vencer em três processos eleitorais sucessivos. Durante os dois primeiros mandatos, o Governo da Xunta teve de aplicar restrições orçamentais. A composição política do Parlamento também experimentou alterações significativas, com a presença de novos atores na cena política, como Alternativa Galega de Esquerda (AGE) ou En Marea. Nas últimas eleições (2020), En Marea ficou sem representação, enquanto o BNG atingiu um aumento relevante dos votos, e o PSOE manteve-se estável.

O perfil deste novo período é similar ao de Manuel Fraga Iribarne em termos da capacidade de obter maiorias absolutas, ainda que com alterações no estilo de gestão.



Alberto Núñez Feijóo toma posse como presidente da Junta da Galiza (5 de dezembro de 2020). (Parlamento da Galiza)

Núñez Feijóo no dia em que resulto eleito presidente da Xunta pela primeira vez (2009). (Parlamento da Galiza)



# O governo do Parlamento



Mesa do primeiro Parlamento da Galiza (1981). (Parlamento da Galiza)



Enterramento de Antonio Rosón (1986). (Parlamento da Galiza)



Pérez Vidal, segundo presidente do Parlamento da Galiza. (Parlamento da Galiza)



Victorino Núñez presidindo o Parlamento (1989). (Parlamento da Galiza)

Como órgão básico do poder galego, a instituição parlamentar tem agido com estabilidade similar à do poder executivo, ainda que não tenha registado períodos de governo tão longos. O primeiro presidente, Antonio Rosón, morreu no exercício do seu cargo, e foi sucedido por Tomás Pérez Vidal até ao fim da segunda legislatura. Durante o longo período em que governou Fraga, a presidência foi exercida por Victorino Núñez, proveniente do partido Centristas de Ourense, e por Xosé María García Leira, do PP de G.

Ainda que a Mesa de governo do Parlamento reflete a orientação política da Câmara, a presidência acabou por ter menos alternâncias, sendo que só durante a sétima legislatura (2005-2009) o cargo foi exercido pela deputada socialista Dolores Villarino. A partir das eleições de 2009, a presidência regressou às bancadas do PP, com Pilar Rojo e com o atual presidente, Miguel Ángel Santalices, no cargo desde 2016. Das sete presidências, três foram exercidas por deputados eleitos pela província de Ourense, duas pela província de Lugo e duas pela circunscrição de Pontevedra. O mapa da presidência do Parlamento compensa claramente a hegemonia política e territorial das províncias atlânticas.

Os presidentes do Parlamento nas sucessivas legislaturas: Antonio Rosón, Pérez Vidal, Victorino Núñez, García Leira, Dolores Villarino, Pilar Rojo e Miguel Ángel Santalices. (Parlamento da Galiza)



Constituição da Mesa do Parlamento (2020). (Parlamento da Galiza)



# As leis fundacionais



Manifestación a favor da instalación da Junta da Galiza na Corunha

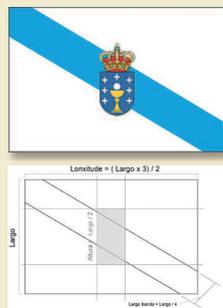


Inauguración da RTVG, em 1985, pelo vice-presidente Xosé Luis Barreiro Rivas

Os primeiros passos de uma instituição marcam caminhos de longo percurso. No processo de implementação da atividade do Parlamento, vale a pena salientar os traços de algumas leis basilares, ou fundacionais, bem como certas decisões estratégicas que permitiram o assentamento do autogoverno. Entre as últimas foram decisivas: a atribuição de edifícios para a instalação da nova área de gestão (O Hórreo e San Caetano), ambos herança da política de uso de monumentos promovida por Montero Ríos.

Entre as leis fundadoras da identidade da autonomia encontram-se as relativas à determinação da sede das instituições de governo (Parlamento e Junta da Galiza, em Santiago de Compostela; Tribunal Superior de Justiça na Corunha), bem como a determinação oficial dos símbolos da Galiza, que reúne a tradição inaugurada pelo movimento regionalista de finais do século XIX (bandeira e hino).

Duas leis são fulcrais para enquadrar o rumo cultural da autonomia: a Lei de normalização linguística, apoiada por toda a câmara, e a Lei de criação da CRTV da Galiza, que representou a incorporação da língua galega aos meios de comunicação audiovisuais e que agiu como complemento da normalização linguística na área da educação e institucional.



Padrão oficial da bandeira da Galiza

X. L. Barreiro Rivas (AP), Ramón Piñeiro (aquí entre os deputados independentes do PSdeG-PSOE) e Camilo Nogueira (EG), relatores destacados da Lei de normalização linguística.



# O traballo do Parlamento: grandes leis

4 ANIVERSARIO  
18

O poder da palabra  
PARLAMENTO DE GALICIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021

<p><b>1983</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de normalización lingüística</li> </ul>	<p><b>1984</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de símbolos</li> <li>• Lei de creación da RTVG</li> </ul>	<p><b>1985</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei da pesca marítima</li> </ul>	<p><b>1988</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plan de pesquisa científica</li> </ul>	<p><b>1989</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Servizo Galego de Saúde (SERGAS)</li> <li>• Ordenamento do sistema universitario galego</li> </ul>
<p><b>1995</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do patrimonio cultural</li> <li>• Lei de residuos sólidos urbanos</li> </ul>	<p><b>1999</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do audiovisual</li> </ul>	<p><b>2001</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de conservación da natureza</li> </ul>	<p><b>2002</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de ordenamento urbanístico e protección do medio rural</li> </ul>	<p><b>2004</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei galega para a igualdade de mulleres e homes</li> </ul>
<p><b>2006</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do dereito civil da Galiza</li> <li>• Lei do libro e da lectura</li> </ul>	<p><b>2007</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei galega para a prevención e o tratamento integral da violencia de género</li> </ul>	<p><b>2008</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de ordenamento da mineração</li> <li>• Lei de protección da paisagem</li> </ul>	<p><b>2009</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do cànone eólico e do Fondo de Compensación Ambiental</li> </ul>	<p><b>2011</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do patrimonio da Comunidade Autónoma da Galiza</li> <li>• Lei da mobilidade de terras</li> </ul>
<p><b>2012</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei das florestas</li> </ul>	<p><b>2013</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do Sistema universitario</li> <li>• Lei da galeguedade</li> </ul>	<p><b>2014</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Paz-Andrade</li> <li>• Lei para a igualdade de tratamento de persoas LGTBI</li> <li>• Lei de iniciativa legislativa popular xunto do Parlamento</li> </ul>	<p><b>2019</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei do patrimonio natural e da biodiversidade</li> </ul>	<p><b>2021</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de ordenamento do territorio</li> </ul>

Debate da Lei do Solo (2010): Carlos Aymerich, Tereixa Paz, Teresa Táboas, Román Rodríguez, Mar Barcón, Carmen Gallego, Manuel Ruiz Rivas e Xoaquín Fernández Leiceaga. (Parlamento da Galiza)

Número de leis aprobadas en cada lexislatura

Legislaturas	Total
1ª Legislatura (1982-1985)	40
2ª Legislatura (1986-1989)	42
3ª Legislatura (1990-1993)	44
4ª Legislatura (1994-1997)	44
5ª Legislatura (1998-2001)	32
6ª Legislatura (2002-2005)	39
7ª Legislatura (2005-2008)	54
8ª Legislatura (2009-2012)	51
9ª Legislatura (2013-2016)	54
10ª Legislatura (2017-2020)	22
11ª Legislatura (2020- )	14



# Iniciativas legislativas populares

Os membros das assembleias políticas representam os interesses e as aspirações dos eleitores. Mas também conseguem incorporar aos debates da instituição propostas que são de carácter social ou cultural e de natureza transversal. O próprio Parlamento galego regulamentou a possibilidade de entidades externas e da sociedade civil apresentarem algumas iniciativas que, avalizadas por um relevante número de assinantes, tencionavam tornar-se leis.



Entrega de assinaturas de uma iniciativa legislativa popular. (Parlamento da Galiza)

As temáticas das iniciativas apresentadas até hoje promovidas por um elevado número de assinaturas mostram esses traços, por fazer referência a assuntos como a igualdade de género, o ensino da matéria de Filosofia ou a

abertura cultural aos países de língua portuguesa. Considerando o seu carácter simbólico, esta lei é conhecida como Valentín Paz-Andrade, em reconhecimento do esforço desenvolvido a prol da aproximação e do entendimento da cultura e da literatura lusófonas a partir da Galiza.



Manifestação do Orgulho 2018 na cidade da Corunha (Xarda. Jornalismo audiovisual)



Homenagem a Clara Campoamor, com a recriação do debate que protagonizou nas Cortes da II República na defesa do voto das mulheres. (Parlamento da Galiza)



Proposição não de lei, apresentada por todos os grupos da Cámara, para a História da Filosofia se tornar cadeira obrigatória no ensino Secundário não obrigatório, 2017. (Parlamento da Galiza)



Debate sobre a Lei Paz-Andrade. (Parlamento da Galiza)

Momento de um debate de uma iniciativa legislativa popular. (Parlamento da Galiza)



# Os recursos do Parlamento



O poder da palavra PARLAMENTO DE GALICIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021

Ao dispor de uma sede estável, o Parlamento começou a implementar recursos de apoio aos seus membros, como tem acontecido em muitas câmaras legislativas de todo o mundo, nomeadamente com bibliotecas e arquivos. Mas tem conseguido desenvolver ainda atividades de extensão cultural, destinando fundos de apoio a pesquisas singulares, apoiando o labor de criadores plásticos e aceitando doações de carácter pessoal.

Exemplo das pesquisas foi a encomenda da edição crítica do livro de Castelao *Sempre en Galiza* e de reunião de fundos pessoais de personagens proeminentes, os arquivos de Carvalho Calero, dos irmãos Vilar Ponte ou de Elena Quiroga. Também possui documentação do Conselho da Galiza

Mas os recursos mais salientáveis de que o Parlamento dispõe são peças de artistas plásticos da Galiza contemporânea, de Maside ou Colmeiro até Seoane, Laxeiro, Lamazares ou Quessada. Possui ainda peças de escultores como Leiro, Silverio Rivas, Acisclo Bucíños, além de uma galeria de retratos dos seus presidentes. Com todos esses recursos, o Parlamento tem vindo a construir dia a dia a sua própria identidade corporativa.



Biblioteca do Parlamento da Galiza



Um recurso essencial para o Parlamento é o Boletim Oficial, que experimentou várias alterações ao longo do tempo



Vitral concebido por Isaac Díaz Pardo sobre a tribuna do hemicíclio do Parlamento da Galiza

Victorino Núñez e Ramón Villares entregam um exemplar da edição crítica de *Sempre en Galiza* ao Teresa Rodríguez Castelao (1992). (Parlamento da Galiza)



Acisclo Manzano, Victorino Núñez e Xaime Quessada na apresentação da exposição *Galiza hoje, Galiza sempre*, a primeira que teve lugar no Parlamento da Galiza (1993). (Parlamento da Galiza)



# Instituições estatutárias

As instituições basilares da *autonomia* galega (poder legislativo, executivo e judiciário) são descritas no título primeiro do Estatuto em vigor. Mas o texto do Estatuto dispõe ainda que a Comunidade Autónoma pode munir-se de outras instituições, às quais encomenda as tarefas de fiscalização, gestão ou fomento de atividades concretas. Todas elas entregam ao Parlamento relatórios anuais da sua atividade.

O *Consello da Cultura Galega* foi criado pela Lei 8/1983 do Parlamento, nos termos do mandato estabelecido no artigo 32º do Estatuto. Os seus membros são representantes de instituições culturais ou pessoas destacadas a título individual.

Como instituição análoga ao «Provedor de Justiça», foi previsto no Estatuto da Galiza tendo sido criado o *Valedor do Pobo* pela Lei 5/1984, definido como «alto comissionado» para a defesa dos direitos e das liberdades da cidadania. O titular deste cargo é eleito por maioria qualificada do Parlamento.

Como órgão de fiscalização da atividade económica e financeira da Galiza, foi criado pela Lei 8/1985 o *Consello de Contas*, composto por cinco membros, eleitos por maioria qualificada pelo Parlamento.



Inauguração da sede do Valedor do Pobo (1993)



Primeiro Conselho de Contas, constituído em 1993 e presidido por Carlos G. Otero Diaz



O *Conseleiro Maior* do Conselho de Contas, Xosé, A. Redondo, entrega ao presidente do Parlamento, Miguel Santalices, o Relatório Anual de 2017



Sede do Valedor do Pobo



Sede do Conselho de Contas

Sede do Conselho da Cultura Galega





Reunião de presidentes dos parlamentos autonómicos no Senado



Miguel Santalices recebe a presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (2017). (Parlamento da Galiza)

Sessão plenária da COPREPA (Conferência de Presidentes de Parlamentos Autonómicos) no Parlamento da Galiza (5 de março de 2012)



# Visitas ao Parlamento



O poder da palabra  
PARLAMENTO DE GALIZIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021



Visita oficial do Príncipe Felipe (1998).  
(Parlamento da Galiza)



Visita do presidente argentino Carlos Menem (1994). (Parlamento da Galiza)



Visita do presidente do Uruguai Luis Alberto Lacalle (1990). (Parlamento da Galiza)



Visita de Michael Barnier, comissário de política regional da UE (2001).  
(Parlamento da Galiza)

Visita de Anibal Cavaco Silva, Primeiro Ministro de Portugal (1993). (Parlamento da Galiza)

A projeção exterior da Galiza pode construir-se com fórmulas muito diversas. Uma das mais efetivas é a receção de diferentes políticos de países com os quais a Galiza tem relações linguísticas ou culturais, que se complementam com delegações oficiais galegas que viajam ao exterior.

Entre as visitas ilustres que o Parlamento tem tido durante estas quatro décadas, vale a pena salientar a presença de Chefes de Estado, embaixadores ou altos dignatários da União Europeia e de países americanos (Portugal, Chile, Argentina, Uruguai ou Cuba). Visitaram ainda o Parlamento presidentes de organizações culturais, delegações de entidades não governamentais ou representantes de alianças políticas.

As últimas visitas recebidas foram a da embaixada de Israel e do Uruguai em Espanha.



Visita dos assinantes da Declaração de Barcelona (1998). (Parlamento da Galiza)



Marcha Mundial das Mulheres (2000).  
(Parlamento da Galiza)



Visita de Santiago Grisolia, presidente do Conselho da Cultura Valenciana (2002)



Embaixadores de países da área Ásia-Pacífico visitam o Parlamento da Galiza, 7-7-2017.  
(Parlamento da Galiza)



Visita de Will Thys, presidente da Confederação Mundial do Trabalho (1998). (Parlamento da Galiza)



Visita do chefe Ashaninka e de um representante da Fundação Paz e Solidariedade. (Parlamento da Galiza)



Visita de Eduardo Frei, ex-presidente do Chile (2003). (Parlamento da Galiza)



Visita ao Parlamento de crianças de diferentes escolas da Galiza.  
(Parlamento da Galiza)



# Imagens parlamentares

40 ANIVERSÁRIO  
24

O poder da palavra  
PARLAMENTO DE GALIZIA  
40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021



1981. A deputada Enma González Bermello (UCD) toma posse (1981)



1982. Expulsão dos deputados do BN-PG. (Foto Xan Carballa/Fundación A Nosa Terra)



1986. Camilo Nogueira entre Martínez Randulfe e Martínez Aneiros, deputados do PSG-EG na 2ª legislatura



1990. Deputados e deputadas defendem a moda galega. Década de oitenta. (Foto Xulio Correa)



1990. González Laxe e Manuel Fraga na sessão do debate da investidura



2009. Debate de investidura de Alberto Núñez Feijóo. (Parlamento da Galiza)



2009. Manuel Fraga e Emilio Pérez Touriño cumprimentam-se em 2009. (Parlamento da Galiza)



2009. Victorino Núñez assina no Livro de Ouro do Parlamento. (Parlamento da Galiza)



2011. Conversa dos presidentes da Junta da Galiza, Fernández Albor, González Laxe, Pérez Touriño e Núñez Feijóo, por ocasião do 30º aniversário do Parlamento. (Parlamento da Galiza)



2012. Protestos cidadão no Parlamento da Galiza. (Parlamento da Galiza)



2016. Os líderes da oposición, Fernández Leiceaga, Pontón Mondelo e Villares Naveira. (Parlamento da Galiza)



2016. Entrega de medalhas do Parlamento. (Parlamento da Galiza)



2017. Simulação de uso do desfibrilador



2020. Investidura de Alberto Núñez Feijóo. (Parlamento da Galiza)



2020. O presidente eleito Núñez Feijóo com os porta-vozes do PSDG, Caballero Míguez, do PP, Puy Fraga, e com a porta-voz do BNG, Pontón Mondelo. (Parlamento da Galiza)

O poder da palavra



# O poder da palabra

40 anos do Parlamento da Galiza | 1981-2021



40° ANIVERSARIO



PARLAMENTO  
DE GALICIA

